



OS MOVIMENTOS DAS “NOVAS DIREITAS” EM TERRITÓRIO CATARINENSE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19

MONSANI, Gabrielly Cabral¹

SANTOS, Maria Teresa dos²

RESUMO: O presente trabalho apresenta as reflexões construídas a partir de levantamento exploratório acerca de notícias sobre movimentos sociais, manifestações e protestos em Santa Catarina no contexto da pandemia do Covid-19. Com o objetivo de identificar possíveis formas de resistência popular em uma conjuntura de grave crise socioeconômica e sanitária, o estudo buscou identificar os sujeitos que protagonizaram as lutas e a quem representavam; o que reivindicavam; quem publicou a notícia, em quais sites e com que frequência. Os resultados preliminares apontaram que no campo das resistências apareceram ações em defesa da moradia e/ou contra despejos, contra o “marco temporal” e à favor da vacinação. Contudo, também foi significativa a alta incidência e divulgação de ações de mobilização das chamadas “novas direitas”, demonstrando a explicitação do conservadorismo no território catarinense.

PALAVRAS-CHAVE: movimentos sociais; Covid-19; novas direitas.

INTRODUÇÃO

A pandemia do coronavírus – Covid19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, foi declarada como surto do mais alto nível de alerta pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020, isto é, enquanto uma emergência de saúde pública de importância internacional (ESPII), decisão que teve a finalidade de buscar “[...] aprimorar a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus” (OPAS, s/d). Ademais, a Covid-19 foi caracterizada pela organização como uma pandemia em 11 de fevereiro de 2020, termo esse que corresponde não à sua letalidade, mas ao nível de propagação geográfica da doença (OPAS, s/d)³.

A crise sanitária desencadeada pela pandemia da Covid-19 vem acompanhada por uma crise socioeconômica e política no mundo e, com suas particularidades, no Brasil. No contexto do governo ultraliberal e negacionista da crise de Jair Bolsonaro (2019 -), os efeitos

¹ Discente do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
gcabralmonsani@gmail.com.

² Docente do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
mtsantos02@gmail.com.

³Para se ter ideia da magnitude do contágio pelo SARS-CoV-2 e suas variantes, em 27 de dezembro de 2021 o mundo registrou mais de um milhão de casos de Covid-19 em apenas 24 horas, sendo que somente nos Estados Unidos foram registrados 800 mil óbitos registrados até 14 de dezembro de 2021 (OPERA MUNDI, 2021). No Brasil, foram confirmados 664.139 óbitos até 08 de maio de 2022, conforme dados disponíveis em <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso 08 de maio de 2022.



da pandemia se intensificaram particularmente junto às classes subalternizadas: habitantes da periferia das grandes cidades, negros, jovens e outros segmentos empobrecidos que dependem diretamente das políticas sociais para a sobrevivência. Além disso, segundo o periódico *El País*, o Brasil foi o primeiro país do mundo onde se verificou manifestações contra as restrições impostas pelo cenário da pandemia, em nome da liberdade (INAÇÃO, 2021).

Nesse contexto, no presente trabalho busca-se apresentar os resultados parciais do levantamento exploratório realizado junto aos sites de notícias sobre os movimentos sociais, manifestações e protestos em Santa Catarina, publicadas no período de 13 de março de 2020 a 31 de julho de 2021, com o objetivo de identificar possíveis formas de resistência popular em uma conjuntura de tão grave crise socioeconômica e sanitária.

Ainda, neste estudo se procurou apontar algumas hipóteses e caminhos que jogam luz, dentre outros, para quais eram os sujeitos que protagonizaram as lutas e a quem representavam; o que reivindicavam; quem publicou a notícia, em quais sites e com que frequência.

Para os fins de apresentação dos dados preliminares deste levantamento, o desenvolvimento do presente trabalho está organizado em duas partes. Num primeiro momento apresentamos os dados gerais do mapeamento das notícias, destacando os sujeitos que protagonizaram as ações e suas principais reivindicações. Na sequência, se privilegia algumas reflexões sobre os movimentos das chamadas “novas direitas” em Santa Catarina, posto que as manifestações de caráter conservador, foram destaques nas notícias no período estudado. Nas considerações finais, apresentamos algumas aproximações conclusivas acerca do mapeamento realizado.

MANIFESTAÇÕES E PROTESTOS EM SANTA CATARINA: sujeitos coletivos e reivindicações

Não é fácil conceituar o que são os movimentos sociais, especialmente considerando as diferentes perspectivas teóricas presentes nas Ciências Sociais e as próprias mudanças nas relações sociais ao longo dos tempos, as quais também implicam diretamente nas práticas, nos sujeitos e formas de atuar dos grupos organizados.

Segundo Durham (1984), os movimentos sociais se mobilizam a partir de reivindicações coletivas, definidas com base em necessidades comuns que, ainda, definem a coletividade possível e, posteriormente, a efetiva. Nesse sentido, Ammann (1991, p. 22) define movimento social como “ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na



sociedade”. Nessa mesma direção, Silveira (2000) ressalta, que os conflitos, elementos constitutivos dos movimentos sociais, revelam as disputas de interesses antagônicos e das relações de poder, uma vez que suas ações coletivas apontam, em seu desenvolvimento, para a mudança ou conservação de elementos que condicionam as relações sociais, engendrando ou atendendo a determinados interesses, projetos e ideologias.

Bringel (2018) apresenta entre suas contribuições o debate sobre os sujeitos políticos na contemporaneidade, que perpassa o avanço cada vez mais brutal do neoliberalismo, a dilapidação dos direitos e políticas sociais historicamente conquistados pela classe trabalhadora, a reascensão do autoritarismo conservador - que, sobretudo, segue à risca a cartilha imperialista imposta a este Estado subsoberano - e a censura e criminalização de indivíduos e coletividades voltados à emancipação humana. O autor também cita o impacto do uso das redes sociais - tanto enquanto espaço e/ou ferramenta de auxílio da organização quanto de meio de militância estratégico a ser ocupado - e de certa “autonomia” dos sujeitos que buscam compor um movimento, que reedita (com novas expressões) o embate entre indivíduo e coletividade, do compromisso e da disciplina militante.

A partir disso e no contexto da pandemia da Covid-19, as notícias identificadas, confirmaram a diversidade de situações de conflito de interesses e perspectivas no cenário de crise socioeconômica e sanitária e formas de manifestação, descritas conforme os diferentes veículos de informação.

Nesta perspectiva, destacam-se as notícias que predominaram nos grandes portais de comunicação na veiculação das informações: das 395 notícias publicadas no período de análise, aproximadamente 58,73% (232 matérias) tiveram origem no site de notícias NDmais⁴, sendo este, portanto, o principal site a respeito dos movimentos sociais e/ou grupos organizados que se manifestaram no contexto da Covid-19 em SC no intervalo destacado por este levantamento.

Ainda, cerca de 17,97%, isto é, 71 destas notícias apresentam enquanto sujeito da ação um ente genérico, como “manifestantes”, “movimentos sociais”, “entidades” “grupo de

⁴ O site de notícias NDmais está registrado no domínio da Editora Notícias Ltda., cujo sócio-administrador é Marcello Correa Petrelli, presidente executivo do Grupo ND, site que, por sua vez, pertence à Rede Independência de Comunicação (RIC Record) em Santa Catarina desde 2008, ano em que passou a assumir essa identificação no estado (DANTAS, 2010, p. 10). O Grupo RIC é propriedade da família Petrelli e atua desde 1987 no Paraná (PR) e 1989 em Santa Catarina (SC), lembrando-se, contudo, que a RIC é afiliada da Rede Record de Televisão, de propriedade do bispo empresário Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, o que significa muito mais que um detalhe na análise das informações produzidas por este veículo de comunicação. Em 2019 a gestão do grupo RIC no PR e SC foi desmembrada e criou-se uma nova marca em todas as plataformas do grupo, passando a RICTV a denominar-se NDTV, o site de notícias NDmais e o jornal impresso ND. Na avaliação de Marcelo Petrelli, aquele era um momento de bons prognósticos de crescimento da empresa, visto que no final daquele ano a previsão era de uma receita anual de R\$ 95 milhões, com projeções de crescimento entre 30% e 15% (A LÓGICA, 2019).



peças”, “moradores”, “familiares”, “ciclistas”, “pais”, “centrais sindicais”, “entidades estudantis” e outros. Além disso, observa-se que 7,08% - cerca de 28 notícias - das manifestações ocorridas no período selecionado foram veiculadas como protagonizadas por categorias específicas (comerciantes, comunidade universitária, entregadores de aplicativo, representantes de escolas privadas, profissionais do setor gastronômico, de eventos e empresários, entre outros) sem que se mencionasse uma entidade organizadora/forma de organização das ações destes segmentos.

Por outro lado, com relação a categorias que, estritamente com base no conteúdo veiculado pelas notícias, é possível depreender que estão organizadas em sindicatos e/ou possuem entidades de representação própria constituídas, elencam-se 4,55%, isto é, 18 matérias com menção a estes sujeitos - dentre os quais, Associação de Condutores e Transportadores Escolares de Joinville (Acetej), Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Movimento Estadual das Mulheres do Ministério Público, Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Urbano (Sintraturb), Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc), Sindicato dos Trabalhadores na Saúde (Sindsaúde/SC), Associação de Pós-Graduandos da Universidade Federal de Santa Catarina (APG/UFSC), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Sindicato dos Bancários de Blumenau, Sindicato dos Portuários do Brasil, Associação Brasileira de Produtores de Soja (Aprosoja), Associação Nacional de Defesa dos Agricultores, Pecuaristas e Produtores da Terra (Andaterra).

Destaca-se, ademais, que 6,07% das notícias - totalizando 24 matérias - estavam diretamente relacionadas a sujeitos políticos de luta por preservação, por terra e moradia e/ou contra o despejo, onde também situam-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Coletivo Ocupações Urbanas, Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), as manifestações de indígenas, movimento Ecoando Sustentabilidade, Fórum da Cidade, Movimento Ponta do Coral 100% Pública, SOS Mata Nativa Córrego Grande, Ufeco e Casa de Passagem Indígena Gojtá Sá e o Movimento de Moradia e Despejo Zero e Movimento Nacional da População de Rua (MNPR).

No que tange às reivindicações, cerca de 12,91%, ou seja, 51 destas apresentavam como principal reivindicação o retorno presencial de uma determinada atividade ou setor - com ênfase no setor privado e do comércio -, a manutenção da forma presencial de uma determinada atividade ou setor apesar da piora dos quadros da pandemia ou, ainda, pela desvinculação das decisões sobre a abertura ou fechamento de determinadas atividades ou setores da matriz de risco.



A segunda reivindicação mais recorrente, totalizando 27 notícias no período analisado, cerca de 6,83% do total, mas concentrando-se particularmente no ano de 2021, corresponde à bandeira por terra e moradia e/ou contra o despejo, sendo esta levantada especialmente pelo movimento indígena e pelo Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). A principal reivindicação em pauta tratava-se da rejeição e do repúdio ao “Marco Temporal”, o qual tramita enquanto Projeto de Lei 490/2007, uma proposta legislativa anti-indígena que impacta diretamente nos processos de demarcação de terras, reduzindo o acesso ao direito originário da mesma uma vez que lhe condiciona à ocupação indígena anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988⁵.

Por fim, destaca-se também a reivindicação contra a quarentena, o lockdown e o isolamento, pauta que concentrou 18 notícias e cerca de 4,55% das manchetes no período levantado, conteúdos que explicitam os conflitos presentes no cenário catarinense em face da pandemia.

Nesse sentido, observa-se a forte presença das manifestações e protestos dos movimentos das chamadas “novas direitas” em território catarinense no contexto da COVID-19, com seus sujeitos e suas pautas refletidas e divulgadas.

OS MOVIMENTOS DA “NOVA DIREITA”: a explicitação do conservadorismo em Santa Catarina

Para compreendermos o que significam as chamadas “novas direitas” no Brasil, faz-se necessário abordar o “ressurgimento” das forças conservadoras e seu significado no processo histórico mais recente, após o período do golpe militar de 1964 no Brasil⁶.

De acordo com Miguel (2018), após a redemocratização brasileira havia pouca expressão pública declarada da direita que, mesmo que meramente em discurso formal, prezava pelo respeito aos direitos humanos e pelo combate à desigualdade social. Todavia, Casimiro (2018) ressalta que a mesma já se reorganizava desde fins da década de 1980, passando a adotar uma nova estratégia para ação política e ideológica e, progressivamente, radicalizando-se em discurso e atuação.

É possível afirmar a partir das manifestações de Junho de 2013, houve uma “retomada aberta” da militância de direita no Brasil, cuja principais pautas ressoavam em torno do rechaço à corrupção dos agentes estatais e pela reivindicação de melhorias na qualidade dos serviços públicos. Em consonância com protestos organizados ao redor de

⁵ O PL 490/2007 encontra-se, no momento da elaboração do presente relatório, pronto para apreciação no plenário da Câmara dos Deputados.

⁶ Sobre o golpe militar de 1964 ver “Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984) de Maria Helena Moreira Alves (1984).



todo o globo, estas manifestações também encontravam-se situadas no contexto da crise estrutural do capital (com sua explosão em 2008) que, diante da queda na taxa de lucro e da necessidade de manutenção dos níveis de expropriação da mais-valia, demandava profundas alterações na relação capital-trabalho.

É, ainda, nessa conjuntura que podemos observar o declínio do movimento sindical, a retirada progressiva e massiva de direitos sociais - no Brasil, sobretudo após 2016 -, a intensificação da militarização da vida social e, conjuntamente, o fortalecimento do discurso entusiasta do empreendedorismo, isto em meio ao crescimento exponencial do desemprego e de formas cada vez mais recorrentes de trabalho terceirizado e “uberizado”.

Nesse sentido, Bringel e Pleyers (2015) enfatizam que os eventos desse período marcaram um *ponto de inflexão que promoveu uma abertura societária*, a qual impactou diretamente no ativismo no Brasil, inaugurando um novo momento oportuno aos movimentos sociais.

Dessa maneira, ainda em 2013 é possível observar a presença de “dois pólos” atuantes, sendo um mais progressista, marcado pela denúncia de múltiplas opressões e por variadas reivindicações, partindo da defesa de valores de igualdade e justiça; e um reacionário, com o apoio, sobretudo, às elites e a defesa dos privilégios de classe. Ao passo que estes movimentos compreendiam-se enquanto suprapartidários, apartidários e/ou sem nenhum cunho político, logo observou-se que parte desses sujeitos passaram a construir movimentos notadamente voltados à direita, ainda valendo-se do espaço das ruas enquanto local a ser ocupado pelos mesmos - e não apenas “pela esquerda” - para dar “vazão democrática” aos seus interesses.

É necessário apontar, ainda, o engajamento ativo de liberais e ultraliberais na campanha presidencial de Aécio Neves em 2014 e ademais, como evidencia Rocha (2018), a convocação - logo após a vitória de Dilma Rousseff - de manifestações pró-impeachment através de lideranças e movimentos que recentemente haviam ganhado visibilidade política. Pouco tempo depois, em março de 2015, essas novas lideranças e movimentos à direita já conseguiam mobilizar centenas de milhares de pessoas, o que, ainda de acordo com a autora, não encontra-se desvinculado da grande divulgação midiática recebida - muito diferente da tônica recorrente sobre as manifestações de rua até o momento - e, além disso, do financiamento de empresários e atores políticos de oposição, elemento apontado mais detalhadamente por Casimiro (2018).

Como exposto acima, apesar de apresentar inicialmente um caráter “apartidário” e carregado de críticas ao poder público, progressivamente as organizações e movimentos à direita recém fundados passaram a envolver-se com a política institucional, sendo possível



destacar, devido a sua própria dimensão, a atuação do Movimento Brasil Livre (MBL)⁷. Sendo fundado em 2014, o MBL conseguiu, em menos de 10 anos, mobilizar milhares de militantes - especialmente jovens - em todo o Brasil a partir de sua organização em rede⁸ e, mais recentemente, passou a atuar diretamente no âmbito institucional, possuindo atualmente diversos representantes no executivo e no legislativo.

Isto posto, é necessário sublinhar que os movimentos da “nova direita” são, como dito, plurais, marcados por uma heterogeneidade - do libertarianismo ao fundamentalismo religioso conservador, pelos quais perpassa a reciclagem do anticomunismo - que, todavia, não se dissipa quando se defronta com seu principal consenso e traço identitário: a defesa do neoliberalismo e do chamado “Estado mínimo”. Carapanã (2018, p.36), contudo, pontua que,

O Estado que deve ser atacado não é aquele das máquinas de guerra, da repressão policial ou do desrespeito aos cidadãos. **O Estado a ser desmontado é aquele que, segundo essa visão, concederia direitos demais** – ou mesmo quaisquer direitos às pessoas ou grupos ‘errados’ (grifo nosso).

Severo (2020, p.16) discute a respeito dos impactos da ascensão dos movimentos de extrema-direita sobre os direitos humanos no Brasil, afirmando que a consequente intensificação do ódio, do negacionismo científico e da intolerância se expressa na “ampliação da violência, real e simbólica, contra as minorias”. Nesse sentido, torna-se emblemático apontar que a primeira vítima brasileira da pandemia do COVID-19 foi, justamente, uma mulher negra, empregada doméstica que residia na periferia de São Paulo e, no entanto, foi infectada por sua empregadora que recém havia retornado da Itália. Ainda, segundo dados produzidos pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio⁹, as porcentagens gerais de mortes no Brasil e no mundo por COVID são maiores entre negros, pretos e pardos e, por outro lado, menores no que diz respeito à vacinação. Adiante, a BBC News Brasil reitera estes dados e, ainda, pontua os impactos da desigualdade social, uma vez que os mais pobres e com menor escolaridade também compõem o grupo mais afetado por infecções e mortes por COVID - explicita-se, assim, o nó simbiótico entre classe e raça.

⁷ De acordo com seu *site* oficial, seus princípios seriam, dentre outros, autonomia do indivíduo e da liberdade contratual; primazia do indivíduo e da sociedade sobre o Estado; livre mercado; respeito à propriedade privada. Suas bandeiras também envolve a revogação do estatuto do desarmamento e o reconhecimento do direito da autodefesa do cidadão; progressivo aumento da participação do setor privado em serviços públicos passíveis de serem privatizados, tais como educação e saúde; fim dos monopólios estatais e privatização de empresas públicas e sociedades de economia mista e fim de toda forma de discriminação oficial instituída por meio de cotas raciais ou de gênero. Disponível em: <https://mbl.org.br/valores-principios>. Acesso em: 28 abr. 22.

⁸ Mais de 600 mil seguidores no instagram até o mês de maio de 2022 cf. <https://www.instagram.com/mblivre/>

⁹ Disponível em:

<https://www.epsvj.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>>. Acesso em: 28 abr. 22.



Nessa direção, foi possível identificar através do *sítio* NDmais cerca de 18 notícias sobre manifestações e protestos em território catarinense cuja principal reivindicação centrava-se na oposição à quarentena, ao lockdown e ao isolamento. A título de exemplo, temos a publicação realizada em 15 de maio de 2021, intitulada *Nova manifestação pró-governo Bolsonaro deve acontecer neste sábado*, na qual encontravam-se apoiadores “representantes de entidades ligadas a ruralistas, evangélicos e caminhoneiros” que levantavam as pautas de “críticas a medidas de isolamento social decretadas por governos locais, críticas ao STF (Supremo Tribunal Federal), e a defesa do voto impresso” (REDAÇÃO ND FLORIANÓPOLIS, 2021). Além disso, a publicação *Manifestantes protestam em frente à casa do prefeito Mário Hildebrandt*, de 14 de março de 2021, destaca como principal reivindicação a demanda pelo chamado “tratamento precoce”¹⁰, entoada junto com pedidos por “liberdade” e contra o lockdown (REDAÇÃO ND BLUMENAU, 2021).

É necessário destacar também duas notícias publicadas pelo jornal NDmais em 19 de abril de 2020, pouco menos de um mês após o registro do primeiro caso de Covid-19 em Santa Catarina, a respeito de protestos reivindicando a intervenção militar e o retorno do Ato Institucional nº 5, sendo estes ocorridos nos municípios de Florianópolis e Joinville. Como exposto em uma das publicações, os manifestantes repetiam “‘viemos para as ruas para cobrar o direito de trabalhar, o direito à soberania’, ‘deixem o presidente trabalhar, fechem o Congresso Nacional’” (REDAÇÃO ND JOINVILLE, 2020).

Pinheiro-Machado e Scalco (2018) ao tratarem da formação da juventude periférica bolsonarista, que o medo, a desesperança e a raiva - diante dos limites e, posteriormente, da própria perda da inclusão pelo consumo, estratégia fortemente adotada nos governos Lula; da perda do protagonismo social e de direitos sociais; de sérias questões de segurança pública e outros - foram elementos centrais canalizados pela direita e por seu projeto de Brasil nos últimos anos. Nessa direção, é possível ressaltar as ponderações de lasi (2011) que, ao discutir o conceito de classes em Marx, elenca algumas determinações

¹⁰ Ainda em 2020, no início da pandemia no Brasil, vários medicamentos passaram a ser testados contra a Covid-19, com o objetivo de buscar formas de amenizar os impactos do vírus e/ou procurar por sua cura. Mesmo com a reprovação da comunidade científica e com diversos estudos apontando a ineficácia - para além dos riscos e contraindicações -, drogas como a hidroxicloroquina e ivermectina passaram a compor o chamado “tratamento precoce”, sendo divulgadas, dentre outros, pelo presidente Jair Bolsonaro como a solução - em detrimento do lockdown, da quarentena, do uso de máscaras e demais medidas cientificamente comprovadas. Com o apoio do Conselho Federal de Medicina do Brasil e do Ministério da Saúde, foi autorizada a prescrição da hidroxicloroquina para casos de Covid-19 nos primeiros sintomas (daí “tratamento precoce”) e um protocolo de orientações para o uso em pacientes não hospitalizados também foi divulgado. O estoque de cloroquina produzido no Brasil é, de acordo com a CNN Brasil, de 400 mil comprimidos. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/tratamento-precoce-e-kit-covid-a-lamentavel-historia-do-combate-a-pandemia-no-brasil/>>. Acesso em: 28 abr. 22.

Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sem-demanda-nos-estados-400-mil-comprimidos-de-cloroquina-encalham-no-exercito/>>. Acesso em: 28 abr. 22.



que constituem a definição desse fenômeno e, dentre elas, há a compreensão de que os sujeitos, ainda que situados enquanto vendedores de sua força de trabalho, podem constituir o “burguês coletivo”, isto é, podem alinhar sua ação nas lutas concretas à defesa de interesses e do projeto burguês.

Por sua vez, para a compreensão dos conteúdos noticiados faz-se necessário refletir sobre o caráter das próprias notícias no processo de reiteração da ordem do capital. Marcondes Filho (2009) alerta a respeito da generalização das demandas da burguesia nos jornais enquanto preocupações destituídas de classe, coletivizando o temor aos movimentos contrários à classe dominante.

Marcondes Filho (2009a), ao tratar da imprensa na sociedade tecnológica problematiza a diferença do fazer jornalístico do presente em relação ao como se produzia o jornal até a metade do século XX. Da multiplicidade de informações produzidas pelos pequenos jornais até os meados do século anterior, a imprensa na era tecnológica é caracterizada por sua alta escala de produção e repercussão das informações “[...] em todos os jornais, rádios, estações de televisão, no país e no exterior, de tal maneira que este volume, esta intensidade, provoca a redundância, que leva ao desinteresse, à apatia, à desinformação em última análise” (MARCONDES FILHO, 2009a, p.176), viés a ser considerado na análise das informações veiculadas sobre manifestações e protestos no tempo e espaço em pauta. Quais informações interessam ser divulgadas?

Seguindo o pensamento do autor supracitado, apreende-se que “a voz social” veiculada pelos noticiários não expressa, em verdade, a multiplicidade de opiniões e tampouco a insatisfação da maioria despossuída, a qual não encontra nos meios institucionalizados a sua oportunidade de divulgação. Em fato, enunciam-se manifestações apaziguadoras, desconexas, que aparentam deslocar-se da realidade cotidiana e, nesse sentido, incentivam um caráter permanente de passividade e apatia - ou seja, de despolitização - diante dos fenômenos da vida social, reforçando e, paralelamente, naturalizando o absurdo espetacularizado.

O conteúdo veiculado é, portanto, utilizado enquanto arma no combate ideológico e dissimula o poder - e, conseqüentemente, os interesses - que o(s) sustenta (isto sem ignorar as variações de acordo com a dimensão e relevância de cada veículo). Nessa direção, a criação de um jornal é “(...) uma maneira de dar eco às posições pessoais de classe ou de nações (...) que, além de preservar uma suposta impessoalidade, afirma se, pelo seu poder e soberania, como ‘a verdade’” (MARCONDES FILHO, 2009, p.75) e os personagens em foco podem ser diretamente combatidos - constituídos enquanto inimigos públicos e nacionais - ou então exaltados - os grandes heróis - através do jogo com as emoções do



espectador, produzindo uma determinada “preocupação” que, em suma, corresponde a generalização e coletivização dos temores burgueses. Como exposto pela manchete escrita por Moacir Pereira (2021), jornalista do NDmais, “Gigantescas manifestações populares em SC contra STF e a favor do Brasil” ocorreram em 14 de março de 2021.

Ao tratar do “nexo entre a percepção da corrupção petista e o preconceito de classe” que antecedeu o golpe de 2016, Miguel (2018) também pontua que

Reportagens em jornais e redes de televisão, processos judiciais, investigações policiais e boatos gerados na internet retroalimentaram-se, gerando uma nuvem de informações verdadeiras, duvidosas ou indubitavelmente falsas que estigmatizava o PT – e, por consequência, toda a esquerda – como encarnação da desonestidade e do mal. **Entre os rumores mais absurdos fabricados e disseminados na internet e a cobertura tendenciosa de jornais e emissoras de televisão não há uma fronteira e sim um *continuum*** (...) o noticiário enviesado fomentava a visão maniqueísta do público e, assim, consolidava o ambiente mental que permitia que mesmo as falsificações mais disparatadas ganhassem foros de verdade (p. 25 – grifos nossos)

Torna-se importante reiterar que, ademais, grandes organizações da direita brasileira, tais qual o Instituto Millenium, possuem entre seus membros diversos jornalistas e empresários ligados aos meios de comunicação, o que adensa seu poder de influência e repercussão de idéias e narrativas em larguíssima escala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa maneira, estes conteúdos explicitam os conflitos presentes no cenário catarinense em face da pandemia, sendo uma amostra do universo do movimento mais amplo do negacionismo dos efeitos da Covid-19 e suas consequências, bem como do movimento que cobra que o Estado e o poder executivo federal assumam seu papel de gestor da política de saúde pública e implemente ações efetivas no combate à propagação do vírus, evitando o contágio progressivo e as mortes em decorrência do mesmo.

Ademais, considera-se que foram identificados importantes elementos para aprofundamento e análises sobre as iniciativas de resistência popular na busca de sobrevivência e/ou melhores condições de vida, bem como as manifestações de grupos e segmentos que lutam pela conservação da ordem vigente, expressões do ultraconservadorismo no estado de Santa Catarina.

Compreende-se que o conjunto de notícias que explicitaram as pautas de relativização ou negação dos efeitos da Covid-19 na realidade nacional e/ou local, expressam o que Florestan Fernandes, no contexto de elaboração da Assembleia Nacional Constituinte já mencionava sobre as características do conservadorismo: “[...] note-se que o conservador não é contra a mudança da ordem. Ele pretende selecionar as alterações da



ordem e coloca-la em prática em segurança, isto é, sob o estrito controle governamental e institucional (1989, p. 192).

Assim, não se deve esquecer que os grandes veículos de comunicação fazem parte da engrenagem de manutenção da ordem capitalista e as notícias veiculadas, como já dito, não são neutras, ao contrário, são plenas de significados.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil** (1964 – 1984). 2^a. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984.

AMMANN, Safira Bezerra. Indagações conceituais: o que é movimento social? In: _____. **Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento**. São Paulo: Cortez, 1991.

BRINGEL, Bruno. Mudanças no ativismo contemporâneo: controvérsias, diálogos e tendências. In: FASE. **A luta popular urbana por seus protagonistas: direito à cidade, direitos nas cidades**. Rio de Janeiro: Fase, 2018. [pp. 20 – 29] . Disponível em <https://fase.org.br/wpcontent/uploads/2019/02/PUBLICACAO-FINAL-DIGITAL-PARA-SITE.pdf> . Acesso em 06 dez. 2021.

BRINGEL, Bruno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois. **Revista Nueva sociedade** especial em português. Novembro de 2015. Disponível em <https://nuso.org/articulo/junho-de-2013-dois-anos-depois/> Acesso em 08 maio 2022.

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018..

DURHAM, Eunice Ribeiro. A construção da cidadania. In: **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, nº 10, pp. 24 – 30, out. 1984.

FERNANDES, Florestan. A retranca da direita. In _____. **A constituição inacabada: veias históricas e significado político**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989

IASI, Mauro. O conceito e o "não conceito" de classes em Marx. In: IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Cap. 5. p. 101-121.

INAÇÃO e desinformação do Governo Bolsonaro agravam a pandemia no Brasil. Disponível em:

<<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-16/inacao-e-desinformacao-do-governo-bolsonaro-a-gravam-a-pandemia-no-brasil.html>>. Acesso em 27 dez. 2021.

MARCONDES FILHO, Ciro. O capital da notícia. In: **Ser jornalista**: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria. São Paulo: Paulus, 2009.

MARCONDES FILHO, Ciro. Imprensa e sociedade tecnológica. In: **Ser jornalista**: o desafio das tecnologias e o fim das ilusões. São Paulo: Paulus, 2009a.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Para entender a comunicação**: contatos antecipados com a nova teoria. São Paulo: Paulus, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

OPAS. Organização Pan-Americana de Saúde. **Histórico da pandemia de COVID-19**. s/d. Disponível em <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em 27 dez. 2021.

OPERA MUNDI. **Mundo registra pela 1ª vez mais de 1 milhão de casos diários de covid**. 29/12/2021. Disponível em <<https://operamundi.uol.com.br/coronavirus/72588/mundo-registra-pela-1-vez-mais-de-1-milhao-de-casos-diarios-de-covid>> Acesso em 29 dez. 2021

PEREIRA, Moacir. Gigantescas manifestações populares em SC contra STF e a favor do Brasil: Em Florianópolis foram quilômetros de carreta. **NDmais**, Santa Catarina, 14 mar. 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/politica-brasileira/gigantescas-manifestacoes-populares-em-sc-contrastf-e-a-favor-do-brasil/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

REDAÇÃO ND BLUMENAU. Manifestantes protestam em frente à casa do prefeito Mário Hildebrandt: Polícia Militar acompanhou a manifestação na tarde deste domingo (14), no bairro Água Verde. **NDmais**, Blumenau, 14 de março de 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/politica-sc/manifestantes-protestam-em-frente-a-casa-do-prefeito-mario-hildebrandt/>. Acesso em: 28 abr. 2022.

REDAÇÃO ND FLORIANÓPOLIS. Nova manifestação pró-governo Bolsonaro deve acontecer nesse sábado: Atos devem ocorrer em cidades de todo o país. **NDmais**, Florianópolis, 15 de maio de 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/politica-brasileira/nova-manifestacao-pro-governo-bolsonaro-deve-acontecer-neste-sabado/>. Acesso em: 28 abr. 2022.

REDAÇÃO ND JOINVILLE. Manifestação provoca aglomeração na região central de Joinville: Manifestantes se reuniram em frente ao Batalhão pedindo intervenção militar.

NDmais, Joinville, 19 de abril de 2020. Disponível em:
<https://ndmais.com.br/noticias/manifestacao-provoca-aglomeracao-na-regiao-central-de-joinville/>. Acesso em: 28 abr. 2022.

ROCHA, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância?. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SEVERO, Denise Osório. Impactos da ascensão dos movimentos de extrema-direita sobre os Direitos Humanos no contexto do Brasil: uma proposta de matriz de análise. **Interações Sociais - Reis**, Rio Grande, v. 5, n. 1, p. 14-29, jan-jun 2020.

SILVEIRA, Ricardo de Jesus. O que é movimento social? In: TOMAZI, Nelson Dacio [et.al.] **Iniciação à sociologia**. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Atual, 2000. p. 223 – 233.